

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
VERIDIANA MAZZEO**

**PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MULHERES EM
SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO**

**TAUBATÉ-SP
2023**

VERIDIANA MAZZEO
PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MULHERES EM
SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO

Projeto de Trabalho de Graduação (TG) apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Cardozo Severo

TAUBATÉ-SP

2023

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi/UNITAU
Biblioteca Setorial de Biociências

M477p	Mazzeo, Veridiana Percepção da violência por mulheres em situação de prostituição / Veridiana Mazzeo. -- 2023. 50 f. : il. Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Psicologia, 2022. Orientador: Prof. Dr. Daniel Cardozo Severo, Departamento de Psicologia. 1. Prostituição. 2. Violência. 3. Psicologia. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Psicologia. Curso de Psicologia. II. Título. CDD- 362.883
--------------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecário(a) Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

RESUMO

A prostituição é um fenômeno constatado em diversos momentos da história. Desde então, instituiu-se uma divisão moral, diferenciando mulheres consideradas “boas” para se casar de mulheres “más”, para quem se designou o ato de comercialização do corpo; diferenciação essa presente até hoje. Seguindo um viés abolicionista da prostituição, o qual entende esse fenômeno como uma forma de exploração de corpos, se faz necessário problematizar essa prática de exploração. Assim sendo, objetiva-se a investigar as percepções de mulheres em situação de prostituição sobre as possíveis formas de violência experienciadas no cotidiano da prostituição feminina. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. Como resultado, compreendeu-se a visão dessas mulheres frente a violência e se constatam sofrê-la em seu cotidiano de trabalho, além da incidência dessas. Conclui-se com o presente trabalho que a violência presente na prostituição afeta a autopercepção e a socialização dessas mulheres. Ainda, compreendendo a violência como um fenômeno complexo e multifatorial, houve a tentativa de categorizá-la e inferir sobre sua incidência nesse cenário.

Palavras-chaves: Prostituição, Violência, Psicologia.

AGRADECIMENTOS

Por mais que eu tenha escrito, esse estudo não é só meu. Esse trabalho é também dos meus pais e da minha família, que me deram recursos financeiros e, principalmente, emocionais para que eu conseguisse finalizar essa etapa.

É um trabalho de todas as mulheres, dentro e fora da prostituição, que compartilham sua dor, muitas vezes inomináveis, na tentativa de atravessá-las. Aprendi que “cura” é palavra feminina.

Também é um trabalho da minha família de vida, meus queridos amigos. Daqueles que se fizeram presentes ao longo dos anos me amparando no caminhar. Em especial, um agradecimento para a Flavia, Juliana, Tatiane e Mona.

É um trabalho executado por muitos. Muitos nomes, amores, alegrias, medos, lugares e pessoas. E são com esses “muitos” que me constituo, me renovo e dou espaço para o desconhecido.

E no esforço de agradecer a esses tantos, finalizo agradecendo a mim mesma por ter persistido.

“Querer-se livre é também querer livres os outros”.

— Simone de Beauvoir

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	7
2. OBJETIVOS	8
2.1. OBJETIVO GERAL	8
2.3. JUSTIFICATIVA	8
3. REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1. PROSTITUIÇÃO	10
3.2. VIOLÊNCIA	12
4. MÉTODO	23
4.1. DELINEAMENTO	23
4.2. CRITÉRIOS DE DADOS	23
4.3. CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS	23
4.4. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	24
5. RESULTADOS	25
5.1. VIOLÊNCIA SOB PERSPECTIVA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO	25
5.2. A INCIDÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA	37
6. DISCUSSÃO	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Para a discussão acerca da prostituição é necessário o entendimento de que, assim como a sexualidade e os papéis de gênero, seu julgamento se baseia em mudanças sociais e culturais (SOF, 2013). O feminismo é um movimento de libertação que surge para denunciar as formas de opressão que não se limitam ao modelo econômico. Caracteriza-se pela auto-organização de mulheres em suas múltiplas frentes onde expressam suas vivências, fortalecendo e recriando a identidade do sexo sem a ideia de que o indivíduo deva se adaptar aos modelos hierarquizados de gênero (ALVES; PITANGUI, 1981). Dessa forma, o movimento feminista possibilita a construção crítica teórica da prostituição baseada na emancipação sexual de mulheres.

A prostituição, segundo a filósofa espanhola Ana de Miguel (2012 apud SOF, 2013, p.2), é definida não só pela troca de sexo por dinheiro, mas também como “[...] uma prática através da qual é garantido aos homens o acesso grupal e regrado a corpo das mulheres”. A naturalização da prostituição relativiza o problema para que não seja retratada como uma forma de exploração e opressão, sendo pensada como um comportamento individual - visão liberal centrada no indivíduo e suas escolhas no mercado - desconsiderando as relações políticas de poder envolvidas. Além disso, tal naturalização legitima um sistema que mantém sigilo sobre o papel e violência dos homens, dirigindo às mulheres o peso da estigmatização, desprezo, violência e confinamento (FARIA, 2014).

Partindo da análise crítica acerca da prostituição, a qual afirma que não há liberdade e igualdade para as mulheres enquanto estiverem submetidas a um sistema que visa o lucro e a exploração, se faz necessário a reflexão de como contribuir para garantir uma vida sem qualquer tipo de violência para todas as mulheres, em que o exercício da sua sexualidade esteja livre do estigma da mercantilização de seus corpos.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

A prostituição, sob um olhar abolicionista¹, é entendida como uma forma de exploração estruturada no sistema patriarcal e nas hierarquias marcadas pela desigualdade racial e social no Brasil. Em seu exercício, há presença de violência em diversos aspectos relacionado ao indivíduo, considerando-a uma profissão de vulnerabilidade. Portanto, questiona-se como mulheres em situação de prostituição percebem e atribuem sentidos às experiências de violência em seu trabalho cotidiano.

¹ O termo abolicionista refere-se a um dos posicionamentos sobre a prostituição apontados por Tavares (2006), no qual considera essa prática como uma violência contra a mulher e que essa deve ter seu fim.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Investigar as percepções de mulheres em situação de prostituição sobre as possíveis formas de violência experienciadas no cotidiano da prostituição feminina no Brasil.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os aspectos subjetivos e sociais que envolvem a prostituição.
- Investigar as principais dificuldades e violências vivenciadas pelas mulheres em situação de prostituição.
- Categorizar os tipos de violências descritas nos relatos dessas mulheres, na tentativa de interpretar suas vivências e as possíveis violências as quais foram expostas.

2.3. JUSTIFICATIVA

A prostituição, em diversos contextos, não é vista como uma violência de problemática social. Além disso, no Brasil, a discussão foi retomada para elucidar o debate do projeto de lei nº 4211/2012, intitulado Gabriela Leite, o qual defende a regulamentação da atividade de profissionais do sexo. O que causou divergências entre as mulheres a favor da regularização, e das mulheres que a enxergam como uma forma de exploração. De acordo com o estudo realizado pela Coalizão Internacional Contra o Tráfico de Mulheres (CATW – Coalition against the trafficking of Women), os estabelecimentos que oferecem esse trabalho se preocupavam apenas com a proteção e bem-estar dos clientes. Ainda, oitenta por cento das mulheres entrevistadas pela CATW contam que sofreram algum tipo de violência de cafetões ou de clientes. A violência sofrida era intrínseca à exploração sexual (RAYMOND, 2002).

Portanto, é necessário a produção de conhecimento científico das múltiplas faces da prostituição, para que o debate contemple todas as esferas envolvidas,

garantindo eficiência nas políticas públicas de proteção a mulher e melhores condições de trabalho para que a comercialização de nossos corpos não seja uma alternativa ao desemprego. Diante desse cenário, a psicologia, em seu papel social, deve se atentar ao discurso dessas mulheres, promovendo a disseminação de sua realidade.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. PROSTITUIÇÃO

Quando se trata de estudos das antigas civilizações para chegar aos primeiros indícios de prostituição, ou seja, a comercialização de práticas sexuais, há discordância entre historiadores e antropólogos. Isso ocorre, pois, as antigas sociedades possuíam divergências em relações aos papéis designado a mulher e a forma como essas eram cultuadas – diversas religiões tinham suas deusas e figuras femininas. De acordo com esses estudos, as mulheres da antiguidade já vivenciavam sua sexualidade relacionado ao sagrado, apresentando indícios de que controlavam a fertilidade (DINIZ, 2009).

Com o decorrer da história e disputas de poder, o homem foi sendo considerado de maior relevância para a procriação, fazendo com que tomasse um papel fundamental na proteção e continuidade da família. Segundo Diniz (2009), novas formas de casamento foram estabelecidas, ditando uma sexualidade que deveria ser seguida. Nesse período foi registrada pela primeira vez na escrita a prostituição sagrada, ou seja, os rituais sexuais que fazem parte das adorações religiosas. Segundo Roberts (1992 apud DINIZ, 2009, p. 68) é possível identificar o templo de Ishtar como o começo da prostituição na história. Além disso, na Grécia as primeiras prostitutas aparecem nas histórias dos templos de adoração a Afrodite, a deusa do amor.

A divisão entre mulheres para se casar e prostitutas se deu por leis separatistas na antiga Suméria (ROBERTS, 1992 apud DINIZ, 2009, p. 68). Dessa forma, o valor atribuído a “boas” e “más” mulheres surge em um contexto antigo e continuam sendo parâmetros para regras de condutas da sociedade atual onde o papel sexual da mulher é pautado em função do homem e do contexto político social o qual estão inseridos.

A banalização da prostituição, comumente disfarçada do discurso “profissão mais antiga”, faz com que as violências existentes sejam vistas de forma natural, relativizando o problema para que esse não seja retratado como um meio de exploração e opressão, além de ser defendida como uma opção viável para algumas

mulheres. Segundo a filósofa espanhola Ana de Miguel (2012 apud SOF, 2013, p. 2) a prostituição pode ser definida como “uma prática através da qual é garantido aos homens o acesso grupal e regrado a corpo das mulheres”.

De acordo com Tavares (2006), há diversos posicionamentos acerca da prostituição no movimento feminista. O sistema proibicionista considera a prostituição um crime, não oferecendo meios de acabar com a prática. O sistema abolicionista considera a prostituição como uma violência contra a mulher e defende que essa deve acabar. O último modelo apresentado é o sistema regulador ou regulamentarismo, o qual considera a prostituição como um “fenômeno social não erradicável”, portanto deve-se regulamentar a profissão para que assim os direitos dessas “profissionais” sejam garantidos.

A autora apresenta um quarto possível sistema chamado de “o novo abolicionismo” o qual tem como pressupostos: a luta contra o sistema sociopolítico que sustenta a prostituição; proteção jurídica da pessoa prostituída; penalização de qualquer exploração comercial da prostituição e a penalização e conscientização dos clientes, já que esses devem ser os alvos principais das medidas combatidas. Portanto, a diferença do novo abolicionismo para o antigo é o enfoque no cliente, sendo esse na sua maioria homens, os quais recebem uma educação sexista e violenta e repassam isso para suas condutas sexuais. É defendido a ideia de que se não houvesse clientes, não existiria prostituição (TAVARES, 2006).

A liberdade só pode estar em construção se há uma visão crítica aos mecanismos de dominação. Caso contrário, se legitima uma prática de opressão. A prostituição foi construída historicamente para garantir o patriarcado e o modelo de sexualidade correspondente. Até hoje, persiste como um mecanismo de coerção (FARIA, 2014).

Violência pode ser entendida por todo ato que cause danos, use da força física ou psíquica, seja intencional ou vá contra a livre e espontânea vontade de quem sofre o dano. De acordo com o manual para atendimento às vítimas de violência na rede de saúde pública do Distrito Federal, dentre os tipos de violências são citadas tais como: contra a mulher/de gênero, sexual, psicológica, patrimonial e física (BRASÍLIA, 2008).

Partindo da visão abolicionista da prostituição, constata-se que a comercialização de corpos é regida por um sistema de violência que tem como

principal sujeito a mulher. Dessa forma, se faz necessário o entendimento das vivências das mulheres prostituídas para que seja possível a articulação com aspectos subjetivos e aos movimentos políticos vigentes em nossa sociedade.

De acordo com Faria (2014), umas das possíveis violências consequentes da prostituição é a que afeta a singularidade da mulher, ou seja, a construção de sua autoestima, confiança, aceitação e a percepção do mundo. Além disso, essas mulheres lutam contra um estigma para se inserir no mercado de trabalho.

As pessoas vitimizadas pela exploração, mesmo obtendo algum dinheiro, perdem a autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre seu corpo e seu destino, com consequências sobre seu equilíbrio psicossocial, sua saúde, sua educação. A prostituição, para alguns especialistas, não é vista como trabalho e sim como escravidão até mesmo para adultos. Para crianças e adolescentes, representa, de fato, uma forma de escravidão, pois estão envolvidas numa relação de opressão da qual é difícil escapar (FALEIROS, 1998, p. 12 apud BOTELHO, 2003, p. 66).

Por fim, no âmbito social a violência sofrida por essas mulheres é estrutural, ou seja, ela se sustenta por meio do patriarcado presente nas relações sociais. De acordo com Sof (2013, p.6), “É importante compreender que existe uma institucionalidade, muitas vezes ocultada, na prostituição, envolvendo hierarquia, relação com a polícia e outros agentes, e com o tráfico de drogas”.

3.2. VIOLÊNCIA

De acordo com o Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde da Organização Mundial da Saúde (2002), a violência pode ser definida como

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

A violência parte de uma questão social, sendo um fenômeno presente em toda história e em contínuo crescimento. É uma das principais causas de morte no mundo, apresentando uma maior predominância em homens na esfera pública, e mulheres no espaço privado. Neste caso, em relação ao agressor, a maior parte refere-se a alguém com vínculos próximos à vítima (MOREIRA, MONTEIRO, 2012).

Como forma de compreender a violência, Martin – Baró (2003, APUD SILVA; XIMENES, 2017, p. 183) formula três pressupostos: suas múltiplas formas e possibilidades; o caráter histórico, sendo impossível compreendê-la fora do contexto social onde foi produzida; e seu caráter espiral, no qual seu desdobramento não tem relação direta com a ação inicial, ganhando assim novos formatos.

Em relação a sua tipologia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou as violências em três grandes categorias de acordo com quem comete o ato de violência, diferenciando-as em violência dirigida a si mesmo (auto-infligida); violência interpessoal na qual o sujeito sofre a violência por uma única pessoa ou um pequeno grupo; e a violência coletiva, a qual o direcionamento do ato violento se faz por um grupo maior, como o Estado ou grupos políticos articulados (OMS, 2002).

Adiante, se diferencia as subcategorias desses grupos a fim de compreender as especificidades de cada violência. A violência auto-infligida é subdividida em comportamentos suicidas e auto-abusivos. Já a violência interpessoal é subcategorizada em violência da família e parceiros íntimos, não sendo exclusiva de um contexto domiciliar, podendo ser exemplificada por abuso infantil e abuso contra idosos; e violência comunitária, a qual ocorre por meio de pessoas sem vínculos de parentescos, como por exemplo violência juvenil, atos violentos de forma aleatória, ataques sexuais por estranhos, violências em grupos institucionais como escolas, prisões, trabalho e asilos (OMS, 2002).

Por fim, a violência coletiva se divide em violência social, política e econômica. A primeira divisão se trata de uma violência motivada para manter uma estrutura social vigente, como por exemplo crimes de ódio, genocídio e atos terroristas. Por sequência, a violência política se refere a guerras, violência do Estado, abusos aos direitos humanos e atos violentos similares deferidos por grupos maiores. A violência econômica se caracteriza por grupos maiores com motivação de ganho econômico, como negar acesso a serviços essenciais ou criar fragmentações econômicas (OMS,2002).

Além da tipologia já mencionada, para entender o fenômeno da violência é preciso classificar sua natureza. Dessa forma, a OMS define que os atos violentos podem ter

sua natureza física, sexual, psicológica ou que envolva privação e negligência. A natureza dos atos violentos ocorre nas categorias antes descritas, exceto pela violência dirigida a si mesmo. Essas classificações permitem não só compreender quem é o sujeito afetado pela violência, mas também como ele é afetado por ela (OMS, 2002).

Os atos violentos com natureza sexual são definidos como

Qualquer ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitados a eles (OMS, 2002, p. 147).

Exemplificando as categorias, uma violência interpessoal direcionada a criança dentro do contexto familiar pode ter natureza sexual, psicológica e de negligência. Assim como uma violência comunitária no ambiente de trabalho pode se caracterizar por negligência e abuso sexual. Ou mesmo no caso de violência política, em um contexto de guerra, onde estupros e atos de violência sexual se apresentam como realidade (OMS, 2002).

O impacto que a violência gera tanto no indivíduo quanto no coletivo faz com que, no Brasil, seja considerado um problema de saúde pública. Além do indivíduo o qual a violência é direcionada, no caso da mulher, a família e sua rede próxima de convivência também sofrem com as consequências de uma agressão. Como tentativa de coibir a violência doméstica e familiar, foi sancionada a lei nº 11.340 comumente chamada de Lei Maria da Penha. Outra tentativa de enfrentar a violência contra as mulheres foi a criação, no ano de 2003, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Conseqüentemente, uma mulher em situação de vulnerabilidade, facilmente será estigmatizada e colocada em outras situações de violências físicas, psicológicas ou sexuais (PENHA *et al.*, 2012).

Silva e Ximenes (2017) pontuam a implicação na esfera psicossocial da violência, marcando os sentidos, significados comportamentos e afetos e compreensões sobre a realidade. A violência, de qualquer natureza, como um instrumento de manutenção da dominação-opressão, é internalizada de maneira particular por quem a vive.

A violência deve ser lida como um fenômeno complexo e dinâmico, tecendo-se de acordo com códigos e signos culturais (SILVA; XIMENES, 2017). Sendo essa classificação apenas um referencial para o estudo sobre violência, é necessário pontuar as dificuldades encontradas quando se tenta organizar a violência de acordo com sua natureza ou motivação, já que suas relações são complexas e imperceptíveis. Para dimensionar o impacto da violência deve-se ter uma descrição da magnitude, compreender quais os fatores que aumentam o risco de vitimização e perpetração das violências e o conhecimento de programas voltados para a prevenção da violência (OMS, 2002).

Agudelo (1989) referência que

A violência não se reduz a um dano ou a um momento. Ela é um processo orientado para fins determinados a partir de diferentes causas, com formas variadas, produzindo danos, alterações e consequências imediatas ou tardias (AGUDELO, 1989 apud GOMES, 1994, p. 157).

Dessa forma, a atuação dos profissionais da área da saúde, visando a prevenção de violência, deve ser pautada na promoção de reflexões relacionados a valores culturais relacionados aos papéis de gênero, promover modelos de não violência, adoção e respeito à legislação internacional de direitos humanos, favorecer o acesso adequado e apoio institucional às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade. Todavia, não se exclui a necessidade de uma intervenção interdisciplinar e intersetorial para garantir a efetividade de tais ações (PENHA *et al.*, 2012).

A. Violência sexual

A violência sexual não é mais, no tempo que vivemos, questão de intimidade. É questão ético-política, pois implica dominação, exclusão e extermínio da pessoa como sujeito, aniquilando sua autonomia moral, liberdade física e seu desenvolvimento bio-psico-sócio-político (FELIPE, p.37 apud BOTELHO, 2003, p.61).

É possível entender a dinâmica das relações sexuais das mulheres em situação de prostituição, sendo elas afetivas ou apenas voltadas ao trabalho, pelo uso do preservativo. Dessa forma, a maior parte das prostitutas explicam a obrigatoriedade do uso de camisinha, e como a falta dessa (ou a retirada durante o ato sexual) se configura como uma violência sexual.

Aquino et al. (2008, p.341 apud SILVA et. al, 2010, p.118) apontam para a negociação com o cliente sobre o uso do preservativo, considerando um dos maiores desafios enfrentados pelas prostitutas. É necessário um constante zelo com esta questão, já que a prática sem preservativo coloca a saúde em risco, mas, muitas vezes, são mais remuneradas pelos clientes. Além do não uso do preservativo, resistir ao pagamento ou impor práticas não acordadas anteriormente também se configuram para a classe de trabalhadoras como estupro e violência sexual.

Outro ponto categorizado como violência sexual é o entendimento sobre consentimento e estupro. Em um imaginário ideal social a relação sexual se caracteriza pelo seu consentimento, sendo esse um fator para a distinção de uma relação ou um ato de violência sexual. Porém, nesse mesmo imaginário social, está presente a ideia de que quando essas mulheres são "promíscuas" devem servir ao homem, independente de existir consentimento ou não. Se tratando de mulheres em situação de prostituição, muitas vezes, o estupro será descaracterizado como violência sexual e será entendido como um risco da profissão (BARBOSA et. al, 2021).

Como Brownmiller (1976) afirma, "o estupro é o ato arquetípico através do qual todos os homens colocam todas as mulheres em estado de pavor". Através desta definição de estupro podemos relacionar a violência sexual dentro da prostituição com a violência psicológica, uma vez em que o cliente usa de forma coercitiva seu poder sobre a mulher com a justificativa de estar pagando-a para isto.

B. Violência física

A ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) define a violência física, em um contexto voltado a pesquisa de crianças e adolescentes, como o uso da força física de forma intencional, ou não intencional, com o intuito de ferir, danificar ou disciplinar a criança/adolescente, deixando ou não marcas evidentes.

A violência física está presente no cotidiano da prostituição, sendo mencionada na maior parte dos relatos encontrados nos artigos estudados neste trabalho. Todavia,

o entendimento da natureza física dessa violência se torna mais aprofundado nos estudos relacionados a prostituição entre transexuais e travestis, ainda que a violência física tenha como motivação o repúdio e não aceitação da sexualidade e suas expressões – homofobia e transfobia. (GARCIA, 2008).

Em diversos momentos de sua pesquisa, Gomes (1994) reflete a violência como um fenômeno que ocorre em rede, e não de forma isolada. Sendo assim, a violência física, por mais palpável que seja, é só a ponta de tantas outras violências que por muitas vezes são difíceis de mensurar. Uma violência sexual, por vezes, só encontra espaço para ser de fato efetivada quando o campo da violência física já foi consolidado. Tornando assim fenômenos similares em relação a sua família, mas distintos em sua categorização.

C. Violência verbal e violência moral

De acordo Silva et al (2010) a violência moral, ou verbal, pode ser entendida como situações de humilhação. Caracteriza -se, no meio da prostituição, como práticas discriminatórias relacionadas a atuação dessas mulheres.

Esse tipo de violência, assim como a violência simbólica e psicológica, é de difícil mensuração pelo seu caráter interpessoal. Porém, seus efeitos são tão prejudiciais quanto de outras violências.

No cotidiano da profissão, uma prática que fere a moral dessas mulheres é a quebra de contrato e/ou o não pagamento pelo programa. Diante dessa situação, as mulheres em situação de prostituição relatam se sentirem desvalorizadas e não reconhecidas como profissionais (SILVA et al, 2010).

Outra situação que fere a moral de mulheres em situação de prostituição diz respeito ao programa com a finalidade de obtenção de substâncias ilícitas. Nesse caso, o uso do corpo como moeda de troca propicia sentimentos de remorso, culpa e decepção (AGUIAR, MENEZES, 2017).

D. Violência psicológica e violência simbólica

A violência simbólica diz respeito à deslegitimação de uma pessoa ou grupo, atuando diretamente no processo de identidade do sujeito que sofre tal violência (PISCITELLI, 2005). Enquanto a violência psicológica é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006)

Mesmo com nomes e definições diferentes, essas violências se correlacionam devido seus aspectos não palpáveis, a nível interpessoal. Mesmo se tratando de um fenômeno concreto, os aspectos simbólicos da violência dão sentido à compreensão de quem a vive. Assim, percebe-se que a vivência simbólica se concretiza quando passa a ter consequências psíquicas, e do contrário o mesmo. Aspectos simbólicos têm traços reais, legitimando e significando-os. Para Silva e Ximenes (2017), a violência marca os significados e afetos singulares e coletivos, implicando na forma como o sujeito irá refletir em suas relações.

Esta violência se torna recorrente quando se faz o recorte de Mulheres Transexuais e Travestis em situação de prostituição. Por se tratar de uma minoria social, a opressão simbólica dificulta o acesso a direitos básicos para esse grupo. Além disso, compromete a inserção social desse grupo fora da realidade da prostituição, almejando a ascensão social associado à possibilidade de sofrerem menos preconceitos (PELÚCIO, 2005).

E. Violência cultural

Minayo (2009) refere-se à violência cultural como aquela violência que se apresenta inicialmente como uma discriminação. Esse preconceito toma forma e se

consolida como um mito, oprimindo e fortalecendo o discurso de extinguir o diferente. Ainda, o autor afirma que violências de gênero, racismo, xenofobia e intolerância religiosa são formas de sua expressão. Para Silva e Ximenes (2017) essa violência contribui para o ciclo de dominação-vitimização- reprodução, fazendo com que o discurso seja naturalizado e enraizado nos processos de socialização.

Gomes (1994) pontua uma outra dimensão da violência estrutural, a desigualdade e violência racial. Como já mencionado anteriormente, há uma dificuldade de classificar as violências pois se apresentam como fenômenos correlacionados. No caso da violência racial, portanto, podemos ver que são categorizadas de forma diferentes por autores diferentes. No presente trabalho a violência racial será subclasse da violência cultural, assim como pontuado no parágrafo anterior.

Da mesma forma como o racismo, a violência de gênero também foi entendida neste estudo como uma subclasse da violência cultural, caracterizando-se por atos violentos e organizações hierárquicas baseados nos conjuntos de crenças estabelecidos socialmente diante dos papéis designados a homens e mulheres. Para Saffioti (1989) as relações de gênero são assimétricas, e garantem ao indivíduo macho um processo de socialização cultuando a violência. Esse processo faz com que a manifestação da afetividade e vulnerabilidade seja não só desnaturalizada, mas também repreendida em sua vivência.

F. Violência estrutural

De acordo com Minayo (2009) a violência estrutural pode ser entendida como “forma de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias, e étnicas que produzem a miséria, fome, e as várias formas de submissão e exploração de uma pessoa pelas outras”. Assim, a violência estrutural está relacionada diretamente com o sistema econômico capitalista, o qual pautado na mercantilização de pessoas, reproduz vulnerabilidades para os sujeitos e se mantém operando.

De acordo com a RedTraSex (Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe) em “Estudos sobre estigmas e discriminações nos serviços públicos de saúde às trabalhadoras sexuais na América Latina e no Caribe” (2013, p.20 apud BARBOSA et. al, 2021, p.8), 43,8% das trabalhadoras do sexo não procuram instituições públicas para não revelarem a atividade laborativa que exercem, já que são vítimas de preconceitos e retaliações. Esse dado elucidada a problemática entorno da violência estrutural, distanciando as mulheres que trabalham com a prostituição dos cuidados básicos garantidos pelo estado, sem que essas sejam discriminadas.

Em seu trabalho, Botelho (2003) aponta para o fato de que o empobrecimento vivido no Brasil é um fator determinante na entrada de crianças e adolescentes na prostituição. A queda do poder aquisitivo e o alto nível de desemprego geram uma fragilização social, fazendo com que o acesso básico à saúde, moradia e alimentação sejam impactados de forma negativa.

Ainda em sua análise sobre violência estrutural, Minayo (2009) verifica, nas relações com crianças e adolescentes, a institucionalização desses sujeitos e as práticas características de abandono e negligência. A falha em prover e garantir o desenvolvimento desse grupo faz com que a violência seja naturalizada ao longo da vida, colocando-os em situação de vulnerabilidade. Para Minayo (2009) a pobreza e a miséria podem ser situadas como consequências de uma violência baseada em desigualdades, em que ora o indivíduo é vítima, ora é autor do processo conflitivo.

G. Violência institucional

A violência institucional segundo Piscitelli (2005) se refere às violências praticadas pelo Estado que dificultam o acesso aos direitos básicos assegurados por lei. Sua expressão mais recorrente nas vivências relatadas por mulheres em situação de prostituição diz respeito ao comportamento da Polícia Militar, passando de violências verbais e Morais até violência física e/ou sexual. Também aparece em seus relatos a relação da prostituição com o tráfico de drogas, tendo essas mulheres como facilitadoras na comercialização das mesmas (Botelho, 2003).

Em sua pesquisa, Dimenstein (1994) relata que:

“As prostitutas vêm servindo cada vez mais como avião, ou seja, que transporta a mercadoria. Primeiro, se viciam. Depois, são obrigadas a traficar para sustentar o vício. A rede de prostituição se cruza e se confunde com a rede do tráfico de drogas.” (p. 18).

H. Violência familiar

[...] a família se nos afigura como realidade social positiva, talvez a única, sentimo-nos inclinados a defini-la exclusivamente por suas características positivas. Convém salientar o fato de que, sempre que tentamos mostrar o que é família insinuam também o que ela não é; e os aspectos negativos podem ser tão importantes quanto os outros” (LÉVI-STRAUSS, 1966, p. 140).

Diferente das violências categorizadas por natureza, a violência familiar se trata do ambiente em qual tal fenômeno ocorre. Garbarino (1989, p.40 apud BOTELHO, 2003, p. 101) entende-a como “atos de ação ou omissão advindos dos pais ou dos responsáveis, julgados a partir de uma mistura de valores da comunidade e da experiência profissional como sendo inapropriados e danificadores.”

Em sua pesquisa, Botelho (2003) analisa que a prostituição se apresenta como um meio para adquirir o que foi negado como amor, carinho, prazer, possibilidades de formar vínculos afetivos e segurança. Ainda, a autora aponta que o processo de empobrecimento das famílias brasileiras vem sendo apontada como um dos fatores do ingresso de crianças e adolescentes na prostituição.

Como mencionado anteriormente, a violência familiar se explica muito mais pelo ambiente onde ocorre a violência do que a natureza dela propriamente dita. Considerando a família como uma organização social, em sua raiz a violência de natureza estrutural se explica por meio de processos de fragilização social e privação de direitos básicos – alimentação, moradia proteção e escola; desencadeando assim espaços para ciclos de violências alternativos.

Segundo Muszkat (1998, apud BOTELHO, 2003)

[...] para tornar-se homem ou mulher é preciso submeter-se a um processo que chamamos de socialização de gênero, baseado nas expectativas que a cultura tem em relação a cada sexo. É a família, como principal agência socializadora, que tem as suas funções concentradas na formação das personalidades (p.226). [...] Tradicionalmente a violência de gênero tem sido

exercida pelos homens sobre as mulheres, e estatisticamente falando, sobre suas próprias mulheres, sejam elas companheiras ou filhas” (p.227).

No estudo de Botelho (2003), a autora reflete sobre o impacto da violência intrafamiliar, causando no indivíduo um sentimento de inferioridade e desconfiança em relação a figura adulta, impulsionando esses seres dependentes para a saída de lares de origem, na tentativa de fugir de um ambiente hostil e violento, e procurar um lugar ilusoriamente seguro.

4. MÉTODO

4.1. DELINEAMENTO

O estudo tem características de metodologia de revisão integrativa de literatura. De acordo com Gil (2002), esse método consiste no estudo de artigos científicos e fontes bibliográficas já elaboradas, possibilitando um amplo conhecimento histórico acerca do fenômeno que foi estudado e com resultados na condição de hipóteses não conclusivas.

Ainda, sobre a classificação do estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória, isto é, tem como propósito proporcionar mais conhecimento do problema tornando-o mais explícito ou criando hipóteses (GIL, 2002).

4.2. CRITÉRIOS DE DADOS

A composição desse artigo se deu por meio das plataformas de busca de dados BDTD, Capes, Lilacs e Scielo, nas quais foram utilizadas as palavras-chaves: prostituição e violência. Delimitou-se artigos no período dos últimos 5 anos, de 2017 a 2022, na língua portuguesa, tendo em vista o direcionamento da pesquisa se limitar à realidade Brasileira.

4.3. CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS

Mediante a pesquisa nas plataformas de dados citadas anteriormente, utilizando-se das palavras-chaves prostituição e violência, foram encontrados 1.614 (mil seiscentos e catorze) artigos. Delimitou-se um período de publicações nos últimos 5 (cinco) anos e linguagem nacional, totalizando assim 49 (quarenta e nove) artigos. Nesse levantamento foram descartados artigos duplicados, sem acesso público e que não atendem o objetivo da pesquisa. Por fim, um total de 15 (quinze) artigos foram aproveitados para essa monografia.

4.4. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

No presente trabalho foi seguido o método de análise qualitativa. Gil (2002) pontua que a análise de conteúdo qualitativa depende de múltiplos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão, os instrumentos utilizados e os pressupostos que guiaram a pesquisa. Assim, define-se esse processo como uma sequência de atividades, desde a redução dos dados bem como sua categorização e, por fim, sua interpretação e confecção de relatório.

Diante dos artigos coletados foi feita uma análise a fim de recategorizar as violências mencionadas nos estudos, sejam elas nomeadas pelas mulheres em situação de prostituição ou pelos autores. Essa reclassificação seguiu a classificação da OMS, descrita na seção 2.2 da revisão de literatura, mantendo seu foco na violência interpessoal e na violência coletiva a fim de produzir material condizente com as referências analisadas.

Assim, subcategorias de violências, diferenciadas também por sua natureza, foram feitas com caráter didático na tentativa de facilitar a organização e compreensão do atravessamento da violência no cotidiano de mulheres em situação de prostituição.

5. RESULTADOS

5.1. VIOLÊNCIA SOB PERSPECTIVA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO

De acordo com as 15 referências coletadas para a revisão bibliográfica, seguindo os critérios estabelecidos previamente na categoria método do presente estudo, foi possível por meio dos relatos de mulheres em situação de prostituição categorizar as violências presentes em seu cotidiano. Cabe ressaltar que a categoria da violência não necessariamente foi dada pela mulher estudada, mas também nomeadas pelos referidos autores.

Quadro 1: Violências registradas

AUTOR	TÍTULO	VIOLÊNCIAS REGISTRADAS
Romeu Gomes	A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas.	Violência Física Violência Institucional Violência Familiar Violência Sexual Violência Estrutural Violência Psicológica
Larissa Pelúcio	Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti.	Violência Física Violência Psicológica Violência Simbólica
Silvana de Souza Nascimento; Loreley Gomes Garcia	Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais.	Violência Física Violência Sexual Violência Estrutural Violência Psicológica Violência Simbólica
Lorena Brito Silva; Verônica Moraes Ximenes	Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza.	Violência Cultural Violência Simbólica Violência Estrutural Violência Psicológica
Andreia Skackauskas	O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência	Violência Simbólica

	simbólica em interações entre prostitutas e a pastoral da mulher marginalizada.	Violência Moral Violência Estrutural Violência Psicológica
Edil Ferreira da Silva; Daysse Beserra Costa; José Ulisses do Nascimento	O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade.	Violência Física Violência Institucional Violência Sexual Violência Estrutural Violência Psicológica Violência Simbólica Violência Moral
Romeu Gomes	Processo saúde-doença ligado a sexualidade de meninas que vivem na rua.	Violência Sexual Violência Estrutural Violência Cultural
Estella Maris Nogueira Botelho	Prostituição de adolescentes: uma imagem construída na adversidade da sociedade.	Violência Física Violência Institucional Violência Familiar Violência Sexual Violência Estrutural Violência Psicológica
Marcos Roberto Vieira Garcia	Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda.	Violência Física Violência Institucional Violência Sexual Violência Estrutural
Romeu Gomes	Prostituição infantil: uma questão de saúde pública.	Violência Estrutural Violência Sexual Violência Moral Violência Cultural
Stella Maris Nogueira Botelho; Maria das Graças Carvalho Ferriani	Prostituição na adolescência: Interfaces com a instituição familiar	Violência Física Violência Sexual Violência Estrutural Violência Cultural

Marcela Dias Barbosa; Cinthia de Cassia Cataia	Prostituição, direito e feminismos: Reflexão sobre o crime de estupro no Brasil	Violência Institucional Violência Sexual
Cibele Maria Duarte de Aguiar; Jaileila de Araújo Menezes	Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack	Violência Cultural Violência Institucional Violência Moral
Eulália Fabiano	Sexo e poder no cotidiano das ruas: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP	Violência Física Violência Institucional Violência Familiar Violência Sexual Violência Estrutural Violência Psicológica Violência Simbólica Violência Verbal
Marcela Dias Barbosa	Perspectivas em disputa: Olhares das garotas de programa de franca sobre a violência sexual e o estupro.	Violência Cultural Violência Institucional Violência Sexual Violência Moral

As violências categorizadas nos materiais utilizados neste estudo não seguem uma ordem de classificação por natureza (física, sexual, psicológica e moral), ou por agente praticante (cultural e institucional) ou mesmo em relação ao ambiente no qual a violência é praticada, como dentro dos espaços públicos ou privados (ambiente familiar).

Para exemplificar as violências categorizadas anteriormente, a fim de compreender as vivências de mulheres em situação de prostituição, foram retirados trechos dos materiais bibliográficos que serão apresentados na sessão seguinte.

A) Violência sexual

A violência sexual presente nos relatos dessas mulheres começa muito antes da entrada na prostituição, e uma das possíveis causas para isso diz respeito a uma má relação com a sexualidade, negligência por parte dos cuidadores quanto a

orientações sobre sexualidade e pelos abusos por si só, o que gera traumas e lacunas no desenvolvimento de um ser humano.

Os seguintes depoimentos elucidam a violência sexual e a negligência por parte dos cuidadores:

“Com 15 anos, fui estuprada a força, fui agarrada” (GOMES, 1994).

“E com doze anos de idade minha mãe me colocou num internato, só que o homem de lá também era sem vergonha, ... porque ele levava lá pro escritório dele e dava biscoito recheado, dava chocolate pra gente, ficava no pé da gente porque a gente era assim novinha, tinha 12 anos mais era bem formada já. E ele pegava no nosso seio, na nossa bunda assim, ... e ia pondo assim, ... no meio das pernas da gente ...” (BOTELHO, 2003, p. 103).

“Uma vez quando eu tinha assim uns 9 anos, meu irmão, o que eu não falo com ele, eu detesto ele, ele tentou me cutucar! Ai eu contei a mãe e não acreditou porque ele é filho biológico dela e eu não sou. Eu acho que ela pensou que eu tinha criado a história. Mas até hoje eu me lembro disso” (NASCIMENTO e GARCIA, 2015, p. 392)

“Eu não conseguia falar porque eu pensei que [...] não iam acreditar em mim, iam me chamar de mentirosa e eu podia até apanhar ou então ele pegar ainda mais pesado comigo...escondido. Eu pensava que iam achar que era culpa minha por causa das roupas que eu vestia, eu gostava de roupas pequenas. E não foi uma vez só. Foram várias vezes que eu fui abusada sexualmente” (NASCIMENTO e GARCIA, 2015, p. 391).

No dia a dia das mulheres em situação de prostituição uma forma de diferenciação, dentre várias possibilidades, entre as relações amorosas e trabalhista se dá pela intimidade e uso de preservativos. Assim, o ato sexual voltando ao trabalho deve utilizar preservativo, ao menos que isso seja acordado de antemão, caso o contrário é desrespeitado uma condição dada pela profissional, configurando como uma violência sexual.

Além do uso da camisinha, o consentimento também é um fator de extrema importância na atuação das prostitutas. O acordo é feito, não de forma obrigatória, no início do encontro e por escolha da profissional pode ou não ser alterado. Caso não respeitado configura-se também como violência sexual. Para ilustrar a dinâmica das relações sexuais envolvidas em um contexto mercantilizado, considerando o debate previamente feito sobre consentimento, uso de preservativos e envolvimento amorosos para além do trabalho, foram trazidas falas de mulheres em situação de prostituição:

“E às vezes eles forçam pra estourar” (SILVA et. al, 2010, p. 118).

“Eles me amarraram em cima da cama, uma daquelas cama de madeira. Me amarraram, e aí o sangue... Eles me deixaram amarrada e saíram do quarto e continuaram bebendo no salão. Ai o dono do bar desceu, ele sentiu, vou ver como que tá ela. Quando chegou e me viu ele endoidou a cabeça. Me pegou no braço, enrolou na toalha, o sangue já tava enorme em cima da cama. Eu não sei como não morri. Me levou pro hospital, aí voltou e matou os dois” (NASCIMENTO e GARCIA, 2015, p. 392).

“Na rua só encontra essas coisas assim. A gente, quando não tem lugar pra dormir, um homem oferece pra ela, se for dormir na casa dele, tem de fazer sexo. Se não fazer sexo, eles te botam pra fora” (GOMES, 1994, p. 164).

“Vamos ali que eu te dou dez reais, ... então foi ali, e ele disse camisinha não e eu camisinha sim, ... então tá bom, aí ele me virou no carro e tirou a camisinha que tinha colocado e veio [...] o pênis assim com a maior estupidez, [...] meus amigos falaram: aquele homem já estuprou várias meninas e não dá queixa dele porque não tem testemunha ...” (BOTELHO, 2003, p. 111).

“Aquele homem, ... no começo ele foi tão bonzinho, aí depois ele veio com brutalidade, [...] sem preservativo, que eu nem sei... acho que foi força de Deus mesmo ... que fez eu destrancar o ombro dele e saí debaixo dele...” (BOTELHO, 2003, p. 111).

B) Violência física

A categorização das violências é feita com o intuito educativo. Na prática, de acordo com os relatos presentes, é possível analisar que as violências ocorrem de forma correlacionadas e simultâneas. Quando se trata da violência física, no contexto da prostituição, ela muitas vezes antecede uma violência de natureza diferente, como a sexual, ou sucede uma violência de natureza não física, como a psicológica, a fim de materializar o ato violento.

É possível analisar como a violência física está presente em diversos momentos e fases das vidas dessas mulheres:

“Meu pai e minha mãe me batia desde os 3 anos de idade e só pararam com 13 anos quando eu sai de casa, e ai nada mais me segurou. Eles batia na cara da gente, minha mãe me empurrou, ... era família que não tem amor igual as outras, que não tem carinho” (BOTELHO, 2003, p.100).

“Muitas pessoas maldosas queimam os pés das pessoas, outros tacam pedra (...) muitas pessoas maldosas que tem na rua. Uns cortam a cara das mulheres dormindo (...) A gente dá mole, corta mesmo” (GOMES, 1994, p.163)

Em seus relatos percebemos também como a violência física se apresenta de uma forma emaranhada com outras violências, como a violência de gênero e a violência institucional, que utilizam da força física para conseguir se consolidar:

“Eu levei um soco na cara, meu marido me deu um soco na cara (...) Minha mãe me bateu também, quando eu estava de barriga (...) Eu estava com 5 meses” (GOMES, 1994, p. 163).

“Alguns (policiais) gostam de pegar dinheiro da gente. Pede dinheiro, bate, para poder liberar a gente” (GOMES, 1994, p. 163).

“O cliente se achou de pegar nas partes íntimas da garota. Como ela não gostou e falou que não gostou, ele se achou no direito de tirar satisfação e partiu pra cima com toda a força, parecia o dono da pista. Quer dizer, ele passa a mão, humilha e ainda quer bater e ela tem que aceitar, porque depois ele foi querer reclamar pra mãe [dona da casa], e ela cortou ele logo, dizendo: “quem manda aqui sou eu, fale baixo”. Se ela tivesse em outro local, na rua, por exemplo, sem segurança, sem nada, ela teria sido agredida mesmo, levado um pisa dele. Ela não podia chamar uma polícia porque não podia dar em nada, já que com puta pode, né?” (SILVA E XIMENES, 2017, p. 186).

Ainda, como é possível analisar nos trechos a seguir, o ambiente violento faz com que a violência física seja também uma forma de proteção entre as mulheres:

“Um exemplo, se acontece deles fazer isso, né? eles não querer pagar e ela se agarrar com ele, a gente tudo vai, tudo vai em cima ajudar” (SILVA et. al, 2010, p. 117).

“[...] é o seguinte, aqui a gente vive batalhando, aí a gente tá esperando o de comer, né? aí chega o cara, aproveita e goza, aí quando acabou não quer pagar?! Aí tem que apanhar. É o jeito.” (SILVA et. al, 2010, p. 117).

Um outro ponto que não será aprofundado no trabalho por uma questão de recorte, mas é de extrema importância quando se fala das tantas possibilidades e realidades de mulheres em situação de prostituição, é a população transexual. Nesse caso, o relato dessas mulheres se volta para uma violência de natureza física motivada pela homofobia e pela transfobia:

“(…), mas quando levei a primeira ovada, extintorada, a primeira surra, porque você leva. Tem sempre uma que se incomoda com você, e você leva, ela te manda alguém te dar uma surra, você começa a ver como é que é.” (PELÚCIO, 2005, p. 229).

C) Violência verbal e violência moral

Para exemplificar esse tipo de violência foram selecionados trechos de relatos dessas mulheres em que podemos perceber diversos outros tipos de violências correlacionadas, sendo então uma classificação por natureza presente em outras categorias:

“Que hoje em dia tem o valor, a profissional do sexo, mas é uma coisa que não é [...] não tem aquele valor ainda totalmente, né? É uma coisa que alguém quer dar o valor, mas só que não tem. Você chega ali na rua o pessoal “Ó, lá vai a puta, lá vai a rapariga, lá vai isso, lá vai aquilo”, né? Nunca chama “a profissional”, né verdade? Só chama pelo mais feio. Então quer dizer que nunca cai bem com a gente? Você chega num canto, “olhe, aquilo ali.” (NASCIMENTO e GARCIA, 2015, p. 393).

[...] fazia os programas e tinha vezes que a gente chorava, porque eu não tinha maldade de ter que levar esse nome de ser garota de programa...” (BOTELHO, 2003, p. 108).

“A gente não tem respeito, é vergonhoso até quando vai procurar um serviço, pô qual é a tua profissão? Ah eu sou do lar Nem registro eu tenho, uma profissão sem registro. Aí até quando eu vou ficar na prostituição? ” (BOTELHO, 2003, p. 124).

Outra representação dessa violência é por meio da quebra de contrato e/ou o não pagamento do programa, o que de acordo com os relatos dessas mulheres, significam o não reconhecimento como profissionais, desmoralizando-as. Ainda, o não cumprimento de acordos pré-estabelecidos podem gerar futuros desentendimentos e possíveis confrontos físicos:

“[...] houve uma amiga minha que foi para um motel e o cara não quis pagar, aí veio o policial e fez com que ele pagasse o motel e o programa dela. Agora tem muitos que diz: “Devia tá em casa, sua rapariga ‘fuleira’”. E xinga, diz um monte de nome aí é capaz de dar um tapa e mandar o cara ir embora.” (SILVA et. al, 2010, p.117).

D) Violência psicológica e violência simbólica

Como tentativa de manifestar a violência a nível subjetivo de mulheres em situação de prostituição, foram selecionados os seguintes relatos:

“Eu tenho medo todos os dias, eu tenho medo, medo, medo.... medo de não chegar nunca mais, medo de alguém me violentar, como já tentaram, medo de outra pessoas tentar ter relação comigo sem preservativo, como já tentaram, Eu tenho medo toda vez que eu saio prá noite.... uma insegurança!” (BOTELHO, 2003, p. 113).

“A vida de todo mundo de rua é triste.” (GOMES, 1994, p. 162).

“Querida que eu fosse totalmente diferente. É a parte de mim que eu odeio. Uma é a sociedade que fica me discriminando. A segunda é que eu fico sem moral [...] Não posso ter moral que eles vão dizer assim: “Quem é você pra você dizer isso de mim?” E a terceira porque eu sinto nojo de mim mesma. Fazendo uma coisa que eu vejo que eu sou totalmente errada [...] eu me sinto com uma culpa pesada, enorme. Cada vez que eu deito aqui, eu me sinto com um peso na consciência, me sinto culpada.” (NASCIMENTO e GARCIA, 2015, p. 391).

“Nunca parei pra pensar diretamente sobre isso... xô pensar... (pausa longa). Ah, só sei que me apavora! (risos) me apavora assim, por exemplo, uma coisa que a gente fica sozinha no quarto com o cliente. Até alguém ouvir e entrar para socorrer um monte de coisa acontece. Me apavora também porque eu já fui agredida.” (SILVA e XIMENES, 2017, p. 182).

“Começar com 15 anos foi bom e ruim, ... ah, bom porque sei lá, eu conhecia pessoas diferentes, né, ... e ruim porque a gente tem que aprender certos tipos de relação que que dói, né? ...” (BOTELHO, 2003, p. 107).

“[...] a vida é muito difícil que a gente leva, não sabe quando que isso vai terminar, não tem nem previsão. Eu nunca procurei carinho em homem nenhum, era só transa e o corpo da gente” (BOTELHO, 2003, p. 110).

Em decorrência da violência, percebe-se as “cicatrizes no eu” que essas mulheres carregam:

‘[...] quando eu fiz o primeiro programa eu me lavei com álcool, eu sentia nojo, eu cheirava, eu tava sentindo o cheiro do homem, menina!!!” (BOTELHO, 2003, p. 107).

“Um ato de covardia, crueldade, é você usar de uma força com alguém que tá podendo menos ali, é um desrespeito sabe, bem forte, bem fundo. É desrespeito na alma, na pessoa mesmo, no eu” (SILVA e XIMENES, 2017, p. 187).

“Depois eu não sei se tudo isso que eu passei na minha vida, eu não tive forças prá procurar outra coisa. [...] e todas as pessoas, a maioria dos homens

que eu achava que ia me ajudar, o único objetivo deles era me levar prá cama, ... e eu fui tomando raiva, raiva, raiva, [...] eu escolhi essa sexualidade porque eu não suporto ter relação com homem.”(BOTELHO, 2003, p. 105).

“Eu queria viver de novo, era tudo o que eu queria, era nascer de novo, prá eu fazer tudo aquilo que eu deixei de fazer, só nascendo de novo” (BOTELHO, 2003, p. 123).

O seguinte trecho exemplifica as falas dessas mulheres sobre como a violência afeta o subjetivo do indivíduo, alterando seus valores e sua auto percepção:

“O imaginário da prostituta é constituído de vivências de morte. Morte social, pela percepção da exclusão de sua família do contexto da sociedade; morte da sua família, quando vivencia violências incestuosas; morte de seu eu, quando se depara com as enormes dificuldades de ser socialmente aceita. A prostituta vivencia então escuridão, vazio, caos, indefinição e medo. Como consequência do impulso para a auto-conservação, ela tende a isolar-se em si mesma. [...] ela carregará o fardo de ser prostituta mesmo quando não estiver trabalhando. Ser prostituta é um estigma que marcará, real e simbolicamente, sua forma de ser e estar no mundo” (BOTELHO, 2003, p. 125).

E) Violência cultural

A violência cultural é entendida como a expressão de outras violências, como a racial, de gênero e xenofobia, que se consolidam inicialmente como uma crença potencializando seu efeito violento a fim de extinguir tudo considerado diferente.

“...ficar numa família que a minha irmã me chama de bastarda, ... pô minha mãe já morreu. Simplesmente ocorreu um assassinato, jogaram a minha mãe do quinto andar. Eles me tratam como uma filha bastarda só porque eu não sou da cor deles, não tenho o sangue deles” (BOTELHO, 2003, p. 92).)

F) Violência estrutural

Dentre os relatos de mulheres em situação de prostituição, a maior parte do discurso é da entrada na prostituição por uma questão de necessidade financeira e sua permanência por faltas de oportunidades, exemplificando assim a desigualdade que surge graças ao sistema econômico vigente:

“Ela nos conta que com 14 anos parou de estudar porque sua avó, dona de uma casa de prostituição, disse que ela não teria outro futuro a não ser na

prostituição, assim como sua mãe e suas tias. A prostituição, de acordo com Leticia, foi sua formação possível diante das condições miseráveis em que ela e sua família viviam”. (SKACKAUSKAS, 2017, p. 88).

“Eugênia, 52 anos, negra (...) se abre, contando-nos que entrou na prostituição devido sua condição de viúva, com filhos ainda para criar, sem estudos e desempregada”. (SKACKAUSKAS, 2017, p. 89).

“Todo mundo fica dizendo pra gente trabalhar (...) Vai trabalhar vagabunda (...) Mas cadê? Serviço ninguém dá” (GOMES, 1994, p. 164).

“A gente brinca, mas na hora que põe a cabeça pra raciocinar um pouco, pensar na vida, do que a gente queria ter (...) A gente vê uma pessoa dormindo num prédio (...) Pô, eu podia ser rico. Porque eles têm, a gente não tem?” (GOMES, 1994, p. 164).

“(...) A única coisa é ser dependente do prostíbulo, ficar a noite acordada e de dia, o dia inteiro dormindo sem saber o que fazer, o que procurar... Serviço? precisa de referência, de 2º grau ou 1º grau completo, e eu sei lá o que é que eu faço” (BOTELHO, 2003, p. 110).

“O problema é esse, você se acomoda, você tem casa boa, tem comida boa, tem dinheiro a hora que quer. A nossa vida, a vida da garota de programa é igualzinha à do presidiário, a gente não existe perante qualquer um, cê entendeu?” (BOTELHO, 2003, p. 113).

A violência estrutural e a desigualdade presente no sistema capitalista é algo perceptível para essas mulheres em situação de prostituição. Em suas falas, elucidam questões de exclusão social. Em seu estudo, SKACKAUSKAS (2017) descreve o relato de uma das participantes falando de sua entrada na prostituição:

“Ela nos conta que com 14 anos parou de estudar porque sua avó, dona de uma casa de prostituição, disse que ela não teria outro futuro a não ser na prostituição, assim como sua mãe e suas tias. A prostituição, de acordo com Leticia (nome fictício) foi sua formação possível diante das condições miseráveis em que ela e sua família viviam [...]” (p.88).

Ainda, nesse mesmo estudo, outra participante relata sua entrada na prostituição devido a “sua condição de viúva, com filhos ainda pra criar, sem estudos e desempregada”.

G) Violência institucional

Os seguintes relatos evidenciam a relação das mulheres em situação de prostituição com a Polícia Militar, a qual se torna agente de perseguição dessas mulheres em um contexto de prostituição de rua:

“A gente está dormindo no calçadão, eles chegam, os exterminadores. Exterminadores são os PMs, não são os bandidos, entendeu?” (GOMES, 1994, p. 163).

“O maior perigo na rua é a polícia” (GOMES, 1994, p. 162).

“Alguns (policiais) gostam de pegar dinheiro da gente. Pede dinheiro, bate, para poder liberar a gente” (GOMES, 1994, p. 163).

“Quando eu estava de barriga da minha filha, fui espancada na Saenz Pena, de madrugada. Fiquei escondida, porque os policiais queriam me matar... Fui fazer denúncia na UERJ (...) Não adiantou nada” (GOMES, 1994, p. 163).

A mulher em exercício da prostituição se configura em uma dinâmica que por si só apresenta diversos riscos e violências. Diferente de prostíbulo e casas de prostituição, a rua apresenta suas peculiaridades quando se trata de violências:

“Parei de dormir na rua depois que morreu um irmão nosso de rua. Morreu de tiro, dormindo, ali na Constante (na rua Benjamim Constant). A gente parou de dormir na rua” (GOMES, 1994, p. 162).

“Eu acho que na rua é muito ruim. Acontece um monte de coisa, gente roubando, gente matando, outras sendo estupradas” (GOMES, 1994, p. 162).

“Muitas pessoas maldosas queimam os pés das pessoas, outros tacam pedra (...) Muitas pessoas maldosas que tem na rua. Uns cortam a cara das mulheres dormindo (...) A gente dá mole, corta mesmo” (GOMES, 1994, p. 163).

Algumas mulheres mencionam a relação da prostituição com o tráfico de drogas:

“Se eu quisesse um lugar prá eu dormir, eu tinha que ser avião. Comecei a passar pó pros outros ... tudo” (BOTELHO, 2003, p. 118).

Quando proposta uma reflexão sobre o futuro, há diversos relatos sobre o desejo de deixar a prostituição. Por outro lado, alguma dessas mulheres consegue entender a dimensão da violência institucional a ponto de que, para essa mudança de vida, é preciso um auxílio do Estado:

“Eu queria ter a minha casinha, arrumar um serviço, sabe ..., mas o governo não dá esse direito prá gente, a sociedade, é ... a sociedade não abre portas. Como a gente pode mudar? Eu acho que o governo, a sociedade é culpada da gente não mudar de vida. [...] Eu só acho que o governo tem que ajudar mais as pessoas” (BOTELHO, 2003, p. 123).

H) Violência familiar

Quando abordada nas falas de mulheres que se prostituem, a questão em torno da violência familiar as levam a refletir sobre sua infância, seus processos de identificação e sobre o ambiente em que cresceram. Isso elucida o impacto que a família, como figura social, tem na vida de um indivíduo e como o que acontece dentro do espaço privado reverbera durante toda vida.

“Tudo foi partir que havia muitas brigas. O meu pai não tem condições que preste para cuidar de uma criança, ele não teve condições nem pra cuidar de nós que é filho. Ele só sabia de violência, de brigar e xingar, por mais que eu passava por cima, ele vinha e me humilhava cada vez mais” (BOTELHO, 2003, p. 92).

“Como eu não tinha uma família unida, ... eu tive mesmo que ter entrado, foi por necessidade, ...” (BOTELHO, 2003, p. 93).

“Meu pai e minha mãe me batia desde os 3 anos de idade e só pararam com 13 anos quando eu sai de casa. Eles batia na cara da gente, minha mãe me empurrou [...] era família que não tem amor igual as outras, que não tem carinho.” (BOTELHO, 2003, p. 100).

“[Quis sair de casa porque] minha mãe queria me bater às vezes. Quando eu tinha mãe, né? Aí eu ia embora pra rua.” (GOMES, 1994, p. 163)

“Não é porque é novo, nem pequeno, nem grande merece, quanto mais os pequenos gentes!!! E eu apanhava de fio, de borracha, de pneu, é ... de mangueira, de vara de guaxim.” (BOTELHO, 2003, p. 100).

Para Botelho (2003) vivenciar fatores de riscos no contexto da infância e adolescência, podem contribuir para torná-las mais vulneráveis, aumentando o

fracasso na presença de riscos. Percebe-se como a exposição a violências contribui para a manutenção de violências futuras, mesmo já na fase adulta da vida.

“Eu não tinha onde dormir, conheci uma pessoa que eu ia ter um teto, se eu fosse aviãozinho. [...] Aí conheci uma travesti, ela falou que seria mais fácil ser garota de programa do que ficar correndo da polícia. [...] eu te arrumo um lugar pra você dormir e você vai se prostituir” (BOTELHO, 2003, p. 95-96).

“Em parte foi né, por tudo que eu já passei com 8 anos de idade, o meu padrinho se masturbava e eu dormindo, e uma vez eu acordei e ele tava passando o pênis na minha bunda e gozando em mim, ... sabe e eu lembro disso e me dá uma dor no peito, e no meu coração uma mágoa...” (BOTELHO, 2003, p. 100).

5.2. A INCIDÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA

Diante dos artigos pesquisados e da recategorização feita no presente trabalho, criou-se uma tabela para auxiliar na investigação sobre as possíveis violências vividas por mulheres em situação de prostituição.

Tabela 1: Incidência da violência

Tipo de Violência	Incidência no material coletado (número de artigos)
Violência sexual	11
Violência estrutural	10
Violência física	8
Violência institucional	8
Violência psicológica e violência simbólica	8
Violência verbal e violência moral	6
Violência cultural	5
Violência familiar	3

Tratando-se de uma pesquisa sobre o cotidiano de mulheres que utilizam de seus corpos como ferramenta de trabalho, é considerável que a maior incidência nos relatos encontrados esteja relacionada a violência sexual.

Outra violência constatada em diversas pesquisas foi a violência estrutural. Como já conceituado ao longo do trabalho, a violência estrutural trata-se da violência que é permeada pelo estado e pelo modelo socioeconômico capitalista vigente. No Brasil, a realidade de quem vive e trabalha na rua se torna um elemento primordial para determinar a quais tipos de violência o sujeito estará exposto.

Adiante, encontra-se com a mesma incidência a violência física, institucional, psicológica e simbólica, demonstrando que metade das pesquisas utilizadas apresentaram essas violências. Já a presença da violência verbal e moral nos artigos pesquisados não foi alta, presente em apenas seis dos dezesseis estudos.

A violência cultural também não apresentou alta incidência nos estudos, porém, trata-se de uma violência de múltiplas causas, sendo por sua vez nomeada e classificada de outras formas.

Por fim, a violência de menor incidência nas pesquisas utilizadas na confecção deste trabalho foi a que ocorre no âmbito familiar. Uma hipótese para isso é de que a violência familiar serve como base para entender eventos complexos que, possivelmente, influenciaram na vida das mulheres fazendo com que a prostituição se torna uma opção. Dessa forma, a baixa incidência da violência familiar nos estudos coletados pode significar que este é um tipo de violência presente na vida dessas mulheres anteriormente a entrada na prostituição, mas não significa sua baixa incidência no contexto e na vida de mulheres em situação de prostituição.

6. DISCUSSÃO

Ao iniciar a busca por artigos com as palavras chaves prostituição e violência, foi observado uma escassez de conteúdo que englobasse as diversas violências presentes no cotidiano dessas mulheres. Por fim, foram analisados 15 artigos condizentes com o foco temático, reduzindo então as possibilidades de entendimento sobre a realidade de mulheres que vivem a prostituição de rua no Brasil.

Ainda na coleta de dados, houve uma dificuldade em relação às distintas classificações utilizadas nos materiais. Em um determinado artigo, por exemplo, a violência de gênero poderia ser entendida como uma violência de natureza própria; já em outros, a violência de gênero entrava como uma subcategoria de outra violência, como a violência cultural. Dessa forma, foi realizada uma nova categorização baseada na teoria explorada no presente estudo.

Na etapa da recategorização das violências, ainda utilizando a violência cultural como exemplo, houve uma escassez de relatos e conceitualização. Uma das possíveis causas pode ser a diferença nas classificações primárias, sendo essa uma dificuldade constantemente apresentada no trabalho.

Adentrando na etapa dos resultados da pesquisa, com o intuito de atribuir possíveis significados às vivências dessas mulheres, foram categorizadas as violências e seus respectivos relatos. Ressalta-se que a violência deve ser interpretada como um evento multifatorial e correlacionado, apresentando-se sempre em conjunto. Sua diferenciação por categorias no presente trabalho foi feita com fins didáticos e facilitador de pesquisa, mas sua compreensão de forma única carece de significados.

Dessa forma, se faz necessário uma breve descrição de cada violência categorizada neste trabalho para que, assim, no decorrer dessa seção, seja possível relacionar estas violências com as classificações da OMS a fim de atingir o objetivo da pesquisa e enriquecer o entendimento multifatorial relacionado as violências sofridas por mulheres em situação de prostituição.

Como já referenciado, a violência sexual, para Botelho (2003), não pode ser descrita apenas como questão de intimidade. Por trás da violência dessa natureza, há

aspectos de dominação e exclusão no intuito de aniquilar o sujeito e sua autonomia moral. No que diz respeito a vivência de mulheres na prostituição, por se tratar de uma profissão que envolve atos libidinosos, é necessário um recorte para entender a violência sexual para além de comportamentos agressivos físicos-sexuais. Para tanto, nos relatos das profissionais, foi possível compreender algumas dinâmicas relacionadas ao uso do preservativo, e como a recusa dele é entendida como uma quebra de contrato e, portanto, uma violência de cunho sexual.

Há um imaginário de que o corpo de uma mulher serve ao outro. Isso acomete mulheres em todos os lugares do mundo, de todas as idades e em todas as profissões. Porém, quando se trata de mulheres em situação de prostituição, esse imaginário pode se tornar mais cruel. Assim, acreditam que, mediante o pagamento, todos os corpos estão ali para serem utilizados livremente. Com isso mostra-se a importância de se repensar sobre consentimento, e, principalmente no âmbito da prostituição, o que essas mulheres consideram como quebra de acordo e uma possível violação sexual.

De acordo com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 1940), configura-se crime de estupro: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Para além disso, Brownmiller (1976) pontua que o estupro é o arquétipo usado pra manter as mulheres em estado de pavor. Portanto, o consentimento, utilizado como diferenciador de uma relação sexual legal e um ato de violência sexual, deve ser repensado no contexto da prostituição. Quando há o fator financeiro envolvido, principalmente com grupos marginalizados, o consentimento sobre uma relação sexual pode vir a ser coagido. Outra situação é quando há o consentimento do ato sexual na prostituição, mas no decorrer do “programa”, não é seguido o que foi combinado. Nesses casos, e em tantos outros não relatados em pesquisas acadêmicas, mostram como o consentimento não é espontâneo pela mulher, e sim pelas condições nas quais ela está envolvida. E quando se trata de mulheres em situação de prostituição, esse é um risco que elas correrem.

Nos relatos sobre a infância e/ou vida antes da prostituição é notório como a violência sexual, dentre tantas outras violências, estão presentes na história dessas

mulheres. Seja por conta da difícil relação com a sexualidade, por ambiente familiar hostil, por grupos de minorias marginalizadas ou por violências sofridas na primeira infância, há uma grande incidência de falas, nos artigos analisados, sobre como o estupro e a violência se torna fator comum entre essas meninas podendo ocasionar traumas e dificultar o processo de desenvolvimento.

A violência física nos permite a compreensão da violência em si como um fenômeno relacionado com outras formas de violência e que ocorre em rede. Para que um ato físico de violência de fato ocorra, outras violências de caráter simbólicos podem já estar presentes na vida do sujeito. Sendo assim, ele se apresenta como uma violência que materializa uma situação de opressão; antecedendo uma violência de natureza sexual, por exemplo, ou sucedendo uma violência de natureza não-física, como a psicológica.

Já a violência verbal e moral na prostituição se apresenta como práticas agressivas com o intuito de desvalorizar a mulher pelo status que ela apresenta socialmente por conta de sua atuação. Os relatos mostram que a violência verbal é a expressão real do valor que a prostituição tem na sociedade atual.

Nos relatos dos textos pesquisados é possível enxergar medo, desgosto, arrependimento de ter entrado nesse contexto por necessidade financeira ou por serem forçadas através da violência familiar, e vontade de sair, mas impossibilidade de conseguir de fato devido à falta de oportunidades do sistema capitalista. As pesquisas apontam o tamanho dos danos subjetivos, psicológicos e simbólicos causados pela violência estrutural dentro da prostituição. Essas mulheres carregam em si cicatrizes emocionais que acabam por alterar seus valores e até mesmo a sua autopercepção. Elas sentem nojo e repulsa de si mesmas, são incapazes de enxergar a si mesmas além da profissão. São excluídas da sociedade e de si mesmas.

De acordo com o Princípio Constitucional da Igualdade

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.” (BRASIL, artigo 5º).

Infelizmente de acordo com os relatos estudados a igualdade e segurança, principalmente, não são uma realidade no contexto da prostituição. Essas mulheres sofrem violência de diversas naturezas, como física, psicológica, cultural, verbal e moral, advinda do Estado, através principalmente da polícia, que deveria supostamente defendê-las da violência advinda de seus clientes. Além disso, muitas delas têm consciência de que para saírem da realidade que vivem dentro da prostituição, precisam do apoio do Estado, mas que dificilmente esse auxílio virá.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi investigar as percepções de mulheres em situação de prostituição sobre as possíveis formas de violência experienciadas no cotidiano da prostituição feminina. Para isso, foi utilizado o método de revisão de literatura, possibilitando um maior entendimento acerca dos aspectos históricos e sociais que envolvem o nascimento e o desenvolvimento da prostituição até chegar no que conhecemos hoje.

A leitura dos artigos possibilitou a compreensão das vivências de mulheres que trabalham com a prostituição, sendo esse apenas um seguimento entre tantas possibilidades da atividade sexual remunerada. Levando em consideração o grupo estudado nas pesquisas levantadas, bem como sua realidade, grupos sociais, renda, gênero e raça dentre outros recortes, foi possível categorizar violências constatadas nos relatos das entrevistadas e nas considerações de cada pesquisador.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi identificar os aspectos subjetivos e sociais que envolvem a prostituição. Dentre todos os relatos de mulheres no exercício da prostituição foi possível identificar que a violência que elas sofrem afeta o subjetivo delas, alterando seus valores e sua autopercepção porque o cenário que elas vivem é caracterizado pela morte social e pessoal. Ou seja, elas são obrigadas a enfrentar a exclusão da sociedade e até mesmo de suas próprias famílias; além de serem excluídas de si mesmas, de quem são. Elas são rotuladas pelo estigma de prostitutas até mesmo quando não estão trabalhando.

Ainda dentro deste primeiro objetivo específico, foi possível compreender que a exclusão social das mulheres em prostituição envolve uma questão hierárquica, com relação à polícia e outros agentes, e até mesmo com o tráfico de drogas.

Associando o segundo e terceiro objetivos específicos propostos por esta pesquisa, buscou-se investigar as principais dificuldades e violências vivenciadas pelas mulheres em situação de prostituição e categorizá-las para um melhor entendimento do cenário em que estas mulheres vivem. Conclui-se que a principal violência sofrida por elas é a sexual, mas esta acaba se desdobrando e se associando a outras como estrutural, institucional, física, psicológica e simbólica. Enxerga-se

nesse caso uma reação em cadeia: as violências estruturais e institucionais são a raiz que dá início a cultura da violência nesse meio, sendo que a violência no ato sexual leva a agressões físicas em demais partes do corpo e a violência psicológica; e por fim em consequência a todos esses atos violentos, surge a violência simbólica.

Ao passo que a violência se faz presente no cotidiano de mulheres que estão inseridas na prostituição, há de se ter cautela para que uma vitimização não ocorra. Tratando-se em suma de uma questão social de gênero e classe, é necessário entender as violências que transpassam essa relação indivíduo-trabalho para que assim a mudança ocorra por meio de uma reestruturação de ideais a nível social.

Assim como o indivíduo inserido no tráfico, uma parcela das mulheres que entram na prostituição o faz por necessidade financeira. O exercício dessas relações se pauta na exploração de corpos e na hierarquia de poder, se tratando de uma realidade difícil de se desvincular. Portanto, suas vivências pré e durante a prostituição carregam fortes relatos de violências.

Dessa forma, conclui-se que a violência é um fator presente na trajetória de mulheres desde que essas se entendem por gente. Relatos de violência familiar, doméstica e por parceiros ou pessoas próximas são naturalizados. Violências veladas, como a institucional, cultural e moral se tornam os propulsores para a entrada na prostituição, porém não são exclusivas dessas trabalhadoras. Todas as mulheres, sendo trabalhadoras do sexo ou não, estão suscetíveis a terem suas subjetividades violadas, porém dentro desse contexto, a violência se torna algo corriqueiro diante da culpabilização da profissão, normalização de abusos e por se tratar de um grupo social que se encontra em vulnerabilidade.

A partir dessa pesquisa, espera-se que seja possível compreender a vivência das mulheres em situação de prostituição, bem como suas aflições, medos e sentimentos. Dessa forma, será possível obter um parecer sobre como essas mulheres criam a noção de si mesmas, como se enxergam no mundo e se relacionam com ele.

Outra expectativa é que a produção científica abra espaço para que essas mulheres sejam ouvidas, fazendo com que o debate sobre o tema abarque diferentes

pontos de vista e assim facilite o processo de extinguir qualquer prática que coloque a dignidade da mulher em risco.

Ainda é esperado que, para além do debate moral ou legal, a pesquisa elucide debates em âmbito socioeconômico, repensando o modelo que estamos inseridos e como ele atua diretamente na prostituição. Diante da conclusão dessa pesquisa, espera-se que seja possível compreender a vivência das mulheres em situação de prostituição, bem como suas aflições, medos e sentimentos. Dessa forma, será possível obter um parecer sobre como essas mulheres criam a noção de si mesmas, como se enxergam no mundo e se relacionam com ele.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. M. D. DE; MENEZES, J. DE A. **Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack**. Barbarói, n. 49, p. 214 - 238, 12 dez. 2017.

ALVES, B. M; PITANGUI, J. **O que é feminismo**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BARBOSA, M. D; CATOIA, C. C; SOUZA, M. D. **Prostituição, Direito e Feminismos: reflexão sobre o crime de estupro no brasil**. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 1-11, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n372212>.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BOTELHO, S. M. N. **Prostituição de Adolescentes: uma imagem construída na adversidade**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

BRASIL. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. Relatório do Projeto de Lei No 4.211, de 2012. Regulamenta as atividades dos profissionais do sexo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA**. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRASIL. **Princípio Constitucional da Igualdade**. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 5º. 1988.

BROWNMILLER, S. **Against our will: men, women and rape**. Harmondsworth: Penguin, 1976.

CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde.** Rev. Bras. Enferm. V. 57, n. 5, p. 611-614. Brasília, DF, 2004.

DINIZ, M. I. **Silenciosas e silenciadas: Descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal – RN.** 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil.** 11. ed. São Paulo: Ática, 1994

FARIA, N. **A quem serve a regulamentação da prostituição?** 2014. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2014/05/10/quem-serve-regulamentacao-da-prostituicao>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

GARCIA, M. R. V. **Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda.** Cad. psicol. soc. trab. [online]. 2008, vol.11, n.2, pp. 241-256. ISSN 1516-3717.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. **A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 156-167, 1994.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2020.

LÉVI-STRAUSS, C. A Família. In: SHAPIRO, H. L. (Org). **Homem, cultura e sociedade.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966, p. 125-150.

LIMA, A. B. M. **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty.** Editus, 2014.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K.; et al. (Org.). **Impactos da violência na saúde.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. p. 24-35.

MOREIRA ICC, MONTEIRO CFS. **A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades.** Rev. Latino-Am. Enfermagem. Set-out.2012.

NASCIMENTO, S. de S., GARCIA, L. G. **Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais.** Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 383-396, mai/ago, 2015.

PENHA, J. C. *et al.* **Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, p. 984-990, dez. 2012.

PELÚCIO, L. **Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, p. 217 a 248, jul-dez. 2005.

PISCITELLI, A. **Apresentação: gênero no mercado do sexo.** Cadernos Pagu, Florianópolis, v. 25, p. 7-23, jul/dez. 2005.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial Sobre a Violência e Saúde.** Genebra: OMS. 2002.

RAYMOND, J. **Não à Legalização da Prostituição: 10 razões para a prostituição não ser legalizada.** Coalizão contra o Tráfico Internacional de Mulheres, 2003. Disponível em: < <https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/11/N%C3%83O-%C3%80-LEGALIZA%C3%87%C3%83O-DA-PROSTITUI%C3%87%C3%83O-10-raz%C3%B5es.pdf> > Acesso em: 13 mar. 2020.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Prostituição: uma abordagem feminista.** São Paulo: SOF, 2013. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/prostituicao-uma-abordagem-feminista/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo, Iglu Editora, 1989, p.49-95.

SILVA, L. B; XIMENES, V. M. **Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE.** Revista

Internacional Interdisciplinar Interthesis, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 176, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 8 jan. 2017.

SILVA, E; COSTA, D. B; NASCIMENTO, J. **O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade.** *Psicol. teor. prat.*, São Paulo , v. 12, n. 1, p. 109-122, 2010 .

SKACKAUSKAS, A. **O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência simbólica em interações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada.** *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. Sex., Salud Soc. (Rio J.), 2017 (27), p. 66–96, set. 2017.

TAVARES, M. **Prostituição Diferentes posicionamentos no movimento feminista.** Disponível em:
<<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>>
Acesso em: 03 mar. 2020.

VILELA, L. F. **Manual para atendimento às vítimas de violência na rede de saúde pública do Distrito Federal.** Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2009.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** *Temáticas, Campinas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.